Disciplina o exercício de funções da estrutura básica da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O **PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 11, inciso X, da Lei Complementar Estadual nº 106, de 03 de janeiro de 2003,

RESOLVE

Art. 1º – O Procurador-Geral de Justiça poderá designar servidor para:

- I – prestar auxílio direto a Promotor de Justiça;
- II – chefiar Secretaria de Coordenação de Centro Regional de Apoio Administrativo e Institucional;
- III – chefiar a Secretaria da Coordenadoria de Movimentação dos Promotores de Justiça;
- IV – exercer a supervisão de atividades administrativas nos órgãos de administração e nos órgãos auxiliares.

Parágrafo único – A chefia das Secretarias e a supervisão de atividades administrativas, de que tratam os incisos II, III e IV deste artigo, serão exercidas, privativamente, por titulares de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º – O servidor designado para prestar auxílio direto a Promotor de Justiça deverá atuar com estrita observância às ordens, orientações e critérios estabelecidos pelo respectivo membro do Ministério Público, competindo-lhe, em especial:

- I – a organização e operacionalização do trâmite de documentos e processos no órgão de execução;
- II – a realização das pesquisas necessárias ao desempenho da atividade funcional do membro do Ministério Público;
- III – o auxílio na elaboração de minutas de manifestações;
- IV – o atendimento ao público, quando necessário;
- V – a execução das demais atividades que lhe forem determinadas.

§ 1º – A designação prevista neste artigo será efetivada de acordo com a indicação formulada pelo respectivo Promotor de Justiça e recairá sobre bacharel em Direito, observadas as

disposições do Enunciado nº 01 e das Resoluções nº 01, nº 07 e nº 21, todos editados pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 2º – Fica vedada a designação de servidor integrante da carreira de Técnico Superior do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares para prestar auxílio direto a Promotor de Justiça.

§ 3º – Na hipótese do servidor de que trata o *caput* deste artigo integrar o Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, será concedida a gratificação disciplinada pelo artigo 24, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, em valor equivalente a 28% (vinte e oito por cento) do primeiro padrão da carreira de Técnico Superior do mesmo Quadro.

Art. 3º – Compete aos servidores designados para a chefia das Secretarias de que tratam os incisos II e III do artigo 1º desta Resolução:

- I – auxiliar na coordenação das atividades desempenhadas pelo respectivo órgão;
- II – identificar os problemas relacionados à operacionalização das atividades realizadas, reportando-se ao respectivo Coordenador;
- III – contribuir para a melhoria contínua das atividades realizadas;
- IV – auxiliar na coordenação do processo de motivação, visando ao comprometimento da equipe integrante do respectivo órgão;
- V – executar as atividades que lhe forem determinadas pelo respectivo Coordenador.

Parágrafo único – O servidor designado na forma do *caput* deste artigo perceberá a gratificação disciplinada pelo artigo 24, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, em valor equivalente a 49% (quarenta e nove por cento) do primeiro padrão da carreira de Técnico Superior do Quadro Permanente de Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º – Compete ao servidor designado para a supervisão de atividades administrativas:

- I – supervisionar as atividades desempenhadas pelo respectivo órgão;
- II – identificar os problemas relacionados à operacionalização das atividades realizadas, reportando-se à instância imediatamente superior;
- III – contribuir para a melhoria contínua das atividades realizadas;
- IV – auxiliar na coordenação do processo de motivação, visando ao comprometimento da equipe integrante do respectivo órgão;
- V – executar as atividades que lhe forem determinadas pela instância superior.

Parágrafo único – O servidor designado na forma do *caput* deste artigo perceberá a gratificação disciplinada pelo artigo 24, inciso VIII, do Decreto-Lei nº 220, de 18 de julho de 1975, em valor equivalente a 28% (vinte e oito por cento) do primeiro padrão da carreira de Técnico Superior do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

Art. 5º – Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de maio de 2009, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2009.

Cláudio Soares Lopes
Procurador-Geral de Justiça